

Mão-de-obra volante na agricultura brasileira: uma revisão da bibliografia *

WILLIAM S. SAINT **

Grandes transformações estruturais na agricultura vêm acompanhando a ascensão do Brasil para a posição de terceiro maior exportador agrícola no mundo. Uma das mais visíveis dentre essas transformações é o aparecimento do trabalhador assalariado temporário (o bóia-fria). É resenhada, aqui, a literatura existente sobre o assunto. Nossa discussão focaliza os processos históricos que contribuíram para a mudança nas relações de trabalho, assim como os principais fatores que a ensejaram: a) modernização tecnológica e crescente variação sazonal; b) mudanças na composição de culturas e nos requisitos de mão-de-obra; e c) modificações na legislação trabalhista rural e benefícios associados. Além disso, são estudadas as formas de emprego do trabalho assalariado temporário (inclusive o recrutamento) e descritas as condições e qualidade de vida desses empregados volantes. Finalmente, há uma breve análise das respostas correntes de política relativas a esse reconhecido problema social.

I — Introdução

Em menos de duas décadas, o Brasil apagou a imagem de país com agricultura estagnada e surgiu como o terceiro maior exportador agrícola do mundo. Essa metamorfose não ocorreu facilmente, e o preço desse esforço de produção foi elevado: concentração de terra e capital; maciça migração rural-urbana; irregularidades no abastecimento interno de alimentos; e deterioração ecológica ao longo da fronteira agrícola em expansão. Essas mudanças foram

* O autor agradece a José Francisco Graziano da Silva e a Michael R. Redclift por suas valiosas sugestões. As idéias aqui expressas são do próprio autor, de maneira alguma refletindo o ponto de vista da instituição a que pertence.

** Da Fundação Ford.

acompanhadas de grandes transformações na estrutura da produção agrícola, que geraram novos padrões na organização do trabalho e nas relações sociais de produção. O produto social mais visível da modernização da agricultura talvez seja o trabalhador temporário, conhecido como bóia-fria.¹

O fenômeno dos bóias-frias tem recebido recentemente considerável atenção por parte de cientistas sociais brasileiros, preocupados em compreender os processos de desenvolvimento rural. A análise que se segue traça o desenvolvimento do pensamento conceitual e da investigação empírica com relação à mão-de-obra assalariada temporária na agricultura brasileira e resenha a literatura existente sobre o tema.

2 — Definição

Um dos primeiros estudos sobre os bóias-frias definiu suas características da seguinte maneira: “pessoas com emprego periódico e relações de trabalho informais que vivem fora do estabelecimento rural em que trabalham, habitualmente na periferia urbana de cidades próximas”.² Definições posteriores, beneficiando-se de uma compreensão mais ampla desse fenômeno, modificaram ou ampliaram o conceito de modo a incluir novos conhecimentos.³ A defi-

¹ O termo deriva da prática de os trabalhadores diaristas carregarem marmita para o trabalho no campo. Os trabalhadores assalariados temporários também são conhecidos como volantes, paus-de-arara, pilões, biolos (São Paulo e Paraná), clandestinos, caatingueiros (Pernambuco), avulsos (Bahia), biscateiros ou changueiros (Rio Grande do Sul).

² Neusa Bombo e Rosemarie Brunelli, *Estudo da Condição de Safreiro* (Piracicaba: Faculdade de Serviço Social, 1966).

³ Por exemplo, Sergio Vassimon, *Estudo Preliminar sobre o Problema de Mão-de-Obra Volante na Agricultura do Estado de São Paulo* (São Paulo: CERU/Universidade de São Paulo, 1969); e Elbio Gonzales e Maria Inês Bastos, “O Trabalho Volante na Agricultura Brasileira”, in *Mão-de-Obra Volante na Agricultura: I Reunião Nacional* (Botucatu, São Paulo: Departamento de Economia Rural, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, 1975).

nição utilizada neste trabalho é a síntese proposta por Gomes da Silva:⁴

“... um trabalhador rural assalariado, residente fora da propriedade agrícola, geralmente na periferia das vilas ou cidades, registrado ou não, remunerado por empreitada, tarefa ou dia; aliado ou não por turmeiro, e que geralmente se dirige todos os dias para o local de trabalho, quase sempre em caminhões.”

Uma das principais características do bóia-fria é o fato de ser ele freqüentemente um trabalhador agrícola com residência em áreas urbanas. Essa característica, também consignada em estudos semelhantes sobre outros países,⁵ levou alguns pesquisadores a se referirem a esse grupo social como “rurbano”⁶ e a assinalar a “desruralização” da força de trabalho agrícola.⁷

3 — Desenvolvimento histórico

Os processos de modernização agrícola no Brasil talvez tenham produzido um impacto mais profundo e amplo em São Paulo, e grande parte da pesquisa existente sobre os bóias-frias refere-se especificamente a esse Estado. Esse interesse de pesquisa foi estimulado, em parte, pelo aparecimento do estudo pioneiro de Maria Conceição

⁴ José Gomes da Silva e Vera da Silva Rodrigues, “O Bóia-Fria: Contradição de uma Agricultura em Tentativa de Desenvolvimento”, in *Reforma Agrária*, vol. V, n.º 9/10 (setembro/outubro de 1975), pp. 2-44.

⁵ Por exemplo, Floyd Dotson e Lillian Dotson, “Mexico’s Urban-Dwelling Farmers”, in *Rural Sociology*, vol. 43, n.º 4 (1978), pp. 691-710; e Thomas O. Wilkinson, “Agriculturalism in Japanese Urban Structure”, in *Rural Sociology*, vol. 28 (setembro de 1963), pp. 262-270.

⁶ Elbio Gonzales e Maria Inês Bastos, *op. cit.*, p. 12.

⁷ Vinicius Caldeira Brant, “População e Força de Trabalho no Desenvolvimento da Agricultura Brasileira” (São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e Pesquisa — CEBRAP, 1979), p. 33, mimeo.

D'Incao e Mello,⁸ que representou a primeira grande tentativa de combinar investigação histórica e de campo sobre o surgimento em grande escala da mão-de-obra volante nas zonas rurais.

Focalizando principalmente a empobrecida região da Alta Sorocabana em São Paulo, D'Incao e Mello descreve a transição histórica de um sistema de produção agrícola baseado principalmente no café para um sistema no qual predominam a criação de gado e a lavoura comercial de algodão. Com isso, a organização social da produção baseada em relações patrão/cliente entre proprietários e colonos foi gradualmente substituída por uma agricultura cada vez mais capitalista, baseada em mecanização, insumos modernos e mão-de-obra assalariada temporária. Os trabalhadores temporários eram especialmente empregados durante os períodos de safra na colheita do algodão, que requer uma execução muito mais rápida do que a tradicional colheita do café.

Esse processo de substituição ocorreu durante um período de 40 anos, entre 1930 e 1970. À medida que as plantações de café, com sua força de trabalho composta de colonos que produziam também para subsistência, eram substituídas pela criação de gado e as lavouras de algodão (atividades menos intensivas em mão-de-obra), os residentes rurais eram expulsos da terra para as cidades próximas. Afastados da atividade produtiva, contribuía para a crescente população marginal nas áreas urbanas.⁹ Devido ao grande número de desempregados ex-rurais e às periódicas demandas elevadas de mão-de-obra, os proprietários rurais acharam economicamente mais vantajoso transportar trabalhadores diaristas das cidades para os estabelecimentos agrícolas, em vez de manter uma força de trabalho residente, com seus custos em termos de benefícios exigidos pela

⁸ Maria Conceição D'Incao e Mello, *O Bóia-Fria: Acumulação e Miséria* (Petrópolis: Editora Vozes, 1975).

⁹ Sob vários aspectos, trata-se do equivalente brasileiro do "movimento de cercar os campos" (*enclosure movement*) que ocorreu na Inglaterra do século XVI e foi descrito por Marx no volume I de *O Capital*, onde ele assinala a substituição das terras de lavoura por pastagens para bovinos e ovinos, a concentração da propriedade fundiária, a transformação das terras comuns em propriedade privada e a criação de um grande grupo de trabalhadores assalariados sem terra. Cf. Karl Marx, *O Capital* (Nova York: Modern Library, 1906), vol. I, pp. 788-805.

legislação trabalhista, terra para produção de subsistência e pagamentos em espécie de vários tipos (por exemplo, lenha, gênero alimentícios, habitação, etc.). Em consequência, os bóias-frias surgiram como um grupo social específico, trabalhando esporadicamente de acordo com a demanda de seus serviços e, com frequência, recebendo menos que o salário mínimo.¹⁰

À medida que o número de bóias-frias aumentava, a composição da força de trabalho rural se alterava¹¹ (a Tabela 1 ilustra esse padrão). Durante o período 1964/75, o número absoluto de trabalhadores rurais não-residentes em São Paulo elevou-se em cerca de 44%, enquanto a população rural total diminuía em 1/3. Em consequência, a proporção de trabalhadores não-residentes na força de trabalho agrícola subiu de 16 para 36%. Deve-se assinalar que, em 1975, os bóias-frias representavam 1/4 da população economicamente ativa na agricultura de São Paulo.

Sugeriu-se de várias maneiras que as causas específicas dos processos de mudança social no setor rural que levaram ao surgimento do trabalhador diarista temporário incluem a penetração capitalista na agricultura, as mudanças nos padrões de utilização do solo agrícola, o aumento da sazonalidade da demanda de mão-de-obra rural e a reforma da legislação trabalhista relativa aos trabalhadores rurais. Esses fatores evidentemente são relevantes e serão examinados em detalhe mais adiante.

¹⁰ Estima-se que o número de bóias-frias no Paraná seja de 400.000 (*Movimento*, 1976). Também nesse Estado a criação de gado substituiu a lavoura de café, causando concentração de terra e desemprego e alterando as relações de trabalho, conforme documentado por Maxime Margolis, *The Moving Frontier: Social and Economic Change in a Brazilian Community* (Gainesville: University of Florida Press, 1973). Em outras áreas do Estado a lavoura de café, que requer 96 pessoas/dias de trabalho para cada hectare plantado, foi substituída pelo cultivo mecanizado de soja e trigo, que requer apenas nove pessoas/dias e duas pessoas/dias de trabalho, respectivamente, por hectare plantado (*Movimento*, 1976).

¹¹ José Francisco Graziano da Silva e José Garcia Gasques, "Diagnóstico Inicial do Volante em São Paulo", in *Mão-de-Obra Volante na Agricultura: II Reunião Nacional* (Botucatu, São Paulo: Departamento de Economia Rural, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, 1976), p. 6.

TABELA 1

Composição da força de trabalho agrícola em São Paulo — 1964/75
(Em Milhares de Pessoas)

	Março de 1964	Março de 1966	Março de 1971	Novembro de 1974	Fevereiro de 1975	Abril de 1975
Mão-de-Obra Residente	1.727	1.584	1.288	1.010	946	834
Proprietário e Família	—	—	—	420	389	379
Empregados ^a	—	—	—	581	557	455
Não-Residente	324	378	350	346	361	405
Bóias-Frias	—	—	227	279	304	334
Outros ^b	—	—	123	67	57	131
Total	2.051	1.982	1.637	1.356	1.307	1.290
Composição Percentual						
Mão-de-Obra Residente	84	81	79	75	72	64
Proprietário e Família	—	—	—	32	30	29
Empregados ^a	—	—	—	42	42	35
Não-Residente	16	19	21	25	28	33
Bóias-Frias	—	—	14	21	23	26
Outros ^b	—	—	7	4	5	10
Total	100	100	100	100	100	100

FONTE: J. F. Graziano da Silva e J. G. Gasques, *op. cit.*, p. 6.

^a Incluem trabalhadores diaristas, mensalistas, colonos, parceiros e outros empregados fixos

^b Contratados individualmente para tarefas específicas.

4 — Condições sociais

O número de bóias-frias no Brasil foi estimado em seis milhões.¹² Durante o ano agrícola esse número varia em até 15% devido à sazonalidade da demanda de mão-de-obra.¹³ Representa também 39% da população brasileira economicamente ativa na agricultura. Evidentemente, essa proporção oscila consideravelmente de acordo com a região, conforme indicam as tabulações realizadas por Gon-

¹² José Gomes da Silva e Vera da Silva Rodrigues, *op. cit.*, p. 16.

¹³ José Francisco Graziano da Silva e José Garcia Gasques, "Quantidade e Salário da Mão-de-Obra Volante no Estado de São Paulo", in *Mão-de-Obra Volante na Agricultura: I Reunião Nacional*, *op. cit.*

zales e Bastos,¹⁴ reproduzidas na Tabela 2. Supõe-se que grande número de pessoas com residência urbana economicamente ativas na agricultura atuem como trabalhadores assalariados temporários.¹⁵

TABELA 2

População economicamente ativa na agricultura em 1970, segundo a residência rural ou urbana, para Estados brasileiros selecionados

Estados	Urbana	%	Rural	%	Total	%
Pernambuco	100.279	13,1	664.440	86,9	764.719	100
São Paulo	346.896	26,6	954.934	73,4	1.301.830	100
Paraná	105.780	7,4	1.333.058	92,6	1.438.838	100
Goiás	76.134	14,5	447.983	85,5	524.117	100

FONTE: Elbio Gonzales e Maria Inês Bastos, *op. cit.*, p. 11.

Conforme assinalamos, a demanda de mão-de-obra assalariada temporária na agricultura é altamente sazonal. Quando essa demanda chega ao máximo e os salários se elevam, os grupos de trabalho passam a incluir pessoas normalmente subempregadas na economia urbana e, também, mulheres e crianças.¹⁶ Na verdade, os trabalhadores assalariados temporários com menos de 15 anos de idade representavam 3% da população economicamente ativa na agricul-

¹⁴ Elbio Gonzales e Maria Inês Bastos, *op. cit.*

¹⁵ As percentagens apresentadas na Tabela 2 são apenas superficialmente comparáveis a cálculos semelhantes relativos ao México (Floyd Dotson e Lillian Dotson, *op. cit.*, p. 694), segundo os quais a proporção de agricultores urbanos aumentou de 3 para 9% nas periferias dos principais centros metropolitanos.

¹⁶ Ana Lange, Helisa Bellotto e Maria Inês Bastos, "O Trabalho Rural Volante na Agricultura Paranaense: Esboço de uma Hipótese de Trabalho"; Eliane Barros e Maria Lucia Urban, "O Trabalho Assalariado Rural Volante: Notas para uma Caracterização"; e José Francisco Graziano da Silva, "O 'Bóia-Fria': Entre Aspas e com Pingos nos II"; todos publicados em *Mão-de-Obra Volante na Agricultura: III Reunião Nacional* (Botucatu, São Paulo: Departamento de Economia Rural, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, 1977).

tura de São Paulo em 1975.¹⁷ Embora os dados sobre a participação de crianças na produção agrícola sejam, na melhor das hipóteses, projeções, há alguma evidência de que o número delas na força de trabalho agrícola tenha aumentado nos últimos anos.¹⁸ No Nordeste, por exemplo, o número de mulheres e crianças economicamente ativas na agricultura aumentou em 7% entre 1970 e 1975.¹⁹

As mulheres representam uma proporção maior da força de trabalho agrícola do que as crianças,²⁰ e participam ativamente como trabalhadoras assalariadas temporárias. Em seu conhecido estudo de uma turma de trabalhadores rurais, Martinez-Alier assinala que essas mulheres trabalham fora de casa porque o salário de seus maridos não basta para o sustento da família,²¹ situação essa que é, em grande parte, resultado da migração rural-urbana. Enquanto anteriormente as mulheres participavam da produção agrícola de subsistência como um prolongamento de suas atividades domésticas,

¹⁷ José Francisco Graziano da Silva e José Garcia Gasques, "Diagnóstico Inicial...", *op. cit.* A participação total das crianças de até 14 anos na agricultura brasileira foi calculada em 16% da população economicamente ativa no setor primário (Vinicius Caldeira Brant, *op. cit.*, p. 38). Num estudo realizado em São Paulo, para o qual 303 trabalhadoras agrícolas foram entrevistadas, mais da metade informou que havia ingressado na força de trabalho rural antes da idade de 12 anos. Cf. Maria Coleta F. A. de Oliveira, "Classe Social, Família e Fecundidade: Um Estudo sobre as Estratégias de Reprodução de Trabalhadores Rurais", relatório de pesquisa apresentado ao PISPAL. (São Paulo: Programa de Demografia Urbana, Faculdade de Arquitetura, Universidade de São Paulo, 1978), p. 41.

¹⁸ Maria Lucia Martins, "A Participação do Menor como Força de Trabalho na Agricultura", in *Mão-de-Obra Volante na Agricultura: IV Reunião Nacional* (Botucatu, São Paulo: Departamento de Economia Rural, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, 1978).

¹⁹ Gervásio Castro de Rezende, "Estrutura Agrária, Produção e Emprego no Nordeste" (Rio de Janeiro: IPEA/INPES), p. 13, mimeo., e cálculos do autor baseados nos dados do Censo de 1975.

²⁰ Sergio Pires Guimarães, "A Mulher como Força de Trabalho na Agricultura", in *Mão-de-Obra Volante na Agricultura: IV Reunião Nacional*, *op. cit.*

²¹ Verena Martinez-Alier, "As Mulheres do Caminhão da Turma", in Jaime Pinsky (org.), *Capital e Trabalho no Campo* (São Paulo: Editora Hucitec, 1977).

isso não é mais possível no meio urbano. Como estratégia de sobrevivência da família, o principal recurso é a “venda” da sua força de trabalho, juntamente com a dos homens.²²

Em muitos casos, o bóia-fria — homem ou mulher — literalmente vende diariamente seu trabalho a quem paga mais. “Leilões” de trabalhadores, realizados de madrugada em pontos estratégicos na periferia de cidades do interior, preenchem as necessidades locais de mão-de-obra temporária. Chefes de turmas de trabalhadores, conhecidos como “gatos” ou “turmeiros”, recrutam o grupo de trabalho do dia, sendo a escolha baseada — na medida do possível — em resistência, confiança, produtividade e passividade. Os trabalhadores, por outro lado, circulam entre os “gatos” para comparar os salários oferecidos e o tipo de trabalho a ser feito. As escolhas são feitas rapidamente, e ao raiar do dia caminhões e camionetas cheios de bóias-frias já estão a caminho do estabelecimento no qual o trabalho daquele dia será realizado.

A duração média da jornada de trabalho é de 12 a 14 horas, incluindo uma pausa para almoço e o tempo de viagem de duas ou três horas. O pagamento é feito por dia, por tarefa ou por empreitada. Este último sistema é o preferido, pois reduz os custos de supervisão e aumenta a intensidade do trabalho. Embora os bóias-frias possam ganhar mais por dia do que os agricultores residentes permanentes ou colonos (incluindo pagamentos em espécie), a inconstância do emprego significa que eles ganham menos por ano, o que explica em parte a preferência dos empregadores por trabalhadores assalariados temporários.²³

²² Em seu estudo sobre as estratégias de sobrevivência familiar dos bóias-frias, Maria Coleta F. A. de Oliveira, *op. cit.*, pp. 79-81, assinala a dificuldade enfrentada por essas famílias para se manterem com um salário. Das 194 famílias entrevistadas, 78% possuíam dois ou mais membros trabalhando. Um resultado do crescente emprego formal de mulheres é a mudança no comportamento reprodutivo no sentido de famílias menores. Para uma análise geral da participação das mulheres na força de trabalho brasileira, ver Felícia Madeira e Paul Singer, “Estrutura do Emprego e Trabalho Feminino no Brasil: 1920-1970”, in *Cadernos do CEBRAP*, n.º 13 (1975).

²³ Elbio Gonzales e Maria Inês Bastos, *op. cit.*

O chefe da turma de trabalhadores está ligado ao empregador rural por meio de um determinado tipo de relação social. Ele pode ser empregado permanente de um estabelecimento maior e responsável pelo recrutamento da mão-de-obra, ou ser simplesmente dono de um caminhão que cobra "passagem" para transportá-los a um local de trabalho onde, ao chegarem, negociam diretamente — e em desvantagem — com o empregador. Contudo, o "gato" é quase sempre um empreiteiro que concorda em prestar serviços ao empregador, em troca de uma remuneração combinada, e que recruta a mão-de-obra necessária para realizar a tarefa. Os rendimentos do "gato" provêm da diferença entre a remuneração que ele recebe e os pagamentos que deve fazer aos trabalhadores. Essa quantia geralmente representa de 10 a 30% do pagamento estipulado no contrato.²⁴

Investigação recente apurou que a natureza temporária e curta desses grupos de trabalho não é nem de longe tão generalizada quanto se pensava inicialmente. Numa série de casos, verificou-se que o grupo de trabalho era de natureza bastante permanente e estável. Nesses grupos "fixos" (chamados de "turma firme") pode haver um grupo constante, cujos membros trabalham juntos regularmente para o mesmo "gato" e, freqüentemente, no mesmo estabelecimento por um ano ou mais.²⁵ Em épocas de demanda máxima, esse grupo aumenta através da incorporação de amigos e parentes.

Pesquisas atuais documentaram também os limites da participação dos bóias-frias no total da força de trabalho assalariada temporária. Em São Paulo, por exemplo, o número de bóias-frias aumentou rapidamente durante o período 1960/66. Contudo, após 1966, o número total permaneceu relativamente constante, embora sua proporção na força de trabalho agrícola tenha continuado a elevar-se como resultado de declínios acentuados no número de camaradas (traba-

²⁴ José Francisco Graziano da Silva e José Garcia Gasques, "Diagnóstico Inicial...", *op. cit.* Em casos excepcionais o chefe da turma pode ser uma mulher. Ver José Gomes da Silva, "A 'Turma Firme' de Dona Eloisa", in *Mão-de-Obra Volante na Agricultura: III Reunião Nacional*, *op. cit.*

²⁵ Eliane Barros e Maria Lucia Urban, *op. cit.*, José Gomes da Silva, "A 'Turma Firme'...", *op. cit.*, e Verena Martinez-Alier, *op. cit.*

lhadores residentes), colonos e parceiros.²⁶ Ao mesmo tempo, tornou-se cada vez mais evidente que muitos dos trabalhadores assalariados temporários na agricultura são membros subempregados ou sazonalmente desempregados de pequenas famílias de agricultores.²⁷ Os últimos resultados impuseram uma reavaliação de interpretações anteriores do bóia-fria como fenômeno social de transição no processo de proletarização rural. Na verdade, face à modernização da agricultura, ao uso crescente de todos os tipos de mão-de-obra agrícola assalariada e às grandes mudanças estruturais nas áreas rurais, os minifúndios brasileiros apresentaram uma adaptabilidade extraordinária e pronta recuperação.²⁸

O estudo contínuo e cada vez mais detalhado da mão-de-obra assalariada temporária demonstrou que os bóias-frias não constituem um grupo tão homogêneo como se pensava. De fato, ao menos um esforço foi feito no sentido de desenvolver uma tipologia desses trabalhadores. Graziano da Silva distingue três subgrupos principais: a) o bóia-fria permanente, que trabalha virtualmente o ano

²⁶ Para análises da dinâmica recente das relações sociais na produção agrícola focalizando diretamente esses grupos diferenciais, ver Maria Helena Rocha Antuniassi, "Contribuição ao Estudo das Relações de Produção no Meio Rural", in *Mão-de-Obra Volante na Agricultura: II Reunião Nacional*, *op. cit.*; Olinto José de Oliveira Neto, "Pedro Colono e João Volante", e Leila Stein, Leonilde Medeiros e Ronaldo Garcia, "As Novas Formas de Trabalho Assalariado e as Transformações da Agricultura Brasileira", ambos publicados em *Mão-de-Obra Volante na Agricultura: III Reunião Nacional*, *op. cit.*; Brasílio Sallum Junior, "Contribuição ao Estudo do Colonato", in *Mão-de-Obra Volante na Agricultura: IV Reunião Nacional*, *op. cit.*; e Vinicius Caldeira Brant, *op. cit.* Para uma ampla descrição empírica desses grupos no Brasil como um todo, ver José Francisco Graziano da Silva, *Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira* (São Paulo: Editora Hucitec, 1978).

²⁷ Margarida Moura, "A Fazenda e as Mudanças Econômicas no Alto Jequitinhonha", e Maria de Nazareth Wanderley, "Transformações das Relações de Produção da Senzala ao Caminhão", ambos publicados em *Mão-de-Obra Volante na Agricultura: IV Reunião Nacional*, *op. cit.* Uma extensa pesquisa de campo sobre pequenos agricultores nos Estados de São Paulo e Minas Gerais apurou que o trabalho assalariado temporário fornecia aproximadamente 40% da renda familiar anual. Cf. FIPE, *Bases para um Programa de Apoio aos Agricultores de Baixa Renda* (Brasília: Ministério da Agricultura, 1975).

²⁸ José Francisco Graziano da Silva, *Estrutura Agrária...*, *op. cit.*; e Vinicius Caldeira Brant, *op. cit.*

inteiro, geralmente como membro de um grupo fixo; b) o bóia-fria esporádico (freqüentemente menores, mulheres ou velhos), que trabalha um ou dois meses por ano durante os períodos de demanda máxima; e c) o bóia-fria temporário, que periodicamente se desloca entre ocupações rurais e urbanas, dependendo das oportunidades de emprego disponíveis.²⁹

5 — Qualidade de vida

Diversos estudos têm analisado as condições de vida dos bóias-frias.³⁰ Seus autores assinalam que a jornada de trabalho varia de 10 a 14 horas, que os trabalhadores na grande maioria são analfabetos, que seus problemas de saúde são constantes e freqüentemente graves e que suas famílias em sua maioria vivem em casebres de três ou quatro cômodos que não lhes pertencem. Além disso, as deficiências nutricionais são generalizadas e, ocasionalmente, atingem níveis considerados clinicamente deficientes.³¹ Os salários situam-se abaixo do salário mínimo legal³² e as mulheres recebem menos que os homens.³³ A participação política é muito reduzida (um estudo apurou que cerca de 80% dos bóias-frias entrevistados não haviam votado na última eleição).³⁴ Em suma, os bóias-frias constituem

²⁹ José Francisco Graziano da Silva, "A Mão-de-Obra Volante em São Paulo", in *Contexto*, n.º 5 (março de 1978), pp. 71-88.

³⁰ Por exemplo, Neusa Bombo e Rosemarie Brunelli, *op. cit.*; Hélio Jorge dos Santos, *Os Biros de Votuporanga* (Osasco: Faculdade Municipal de Ciências Econômicas e Administrativas, 1972); e Maria Conceição D'Incao e Mello, *op. cit.*

³¹ W. A. Angeleli, H. Vannuchi e J. E. Dutra de Oliveira, "Estado Nutricional dos Bóias-Frias de Ribeirão Preto", in *Mão-de-Obra Volante na Agricultura: IV Reunião Nacional*, *op. cit.*

³² José F. Graziano da Silva e J. G. Gasques, "Quantidade e Salário...", *op. cit.*

³³ Verena Martinez-Alier, *op. cit.*; William S. Saint, "Modificações Recentes nas Relações de Produção em Cruz das Almas, Bahia", in *Mão-de-Obra Volante na Agricultura: III Reunião Nacional*, *op. cit.*; e Sergio Pires Guimarães, *op. cit.*

³⁴ Hélio Jorge dos Santos, *op. cit.*

um grupo socialmente marginalizado — embora aparentemente com bastante iniciativa — que utiliza estratégias altamente complexas de múltiplos empregos não-qualificados rurais e urbanos para obter sobrevivência e reprodução social.³⁵

6 — Explicações do fenômeno dos bóias-frias

Nos estudos iniciais da mão-de-obra assalariada temporária na agricultura havia a tendência de explicar (e quase supor) o surgimento desse novo grupo social como resultado da penetração capitalista no campo.³⁶ Visto geralmente de uma perspectiva de orientação marxista, o bóia-fria era considerado como a consequência natural desse processo, um fenômeno de transição social surgindo de movimentos a longo prazo para a proletarianização rural e a criação de um *pool* de reserva de mão-de-obra para a indústria. Contudo, em muitos casos, pouco esforço foi feito para investigar o grau em que essas alterações nas relações rurais de trabalho estavam de fato relacionadas com o aumento dos investimentos de capital e da inovação tecnológica.³⁷

³⁵ Vinicius Caldeira Brant, "Do Colono ao Bóia-Fria: Transformações na Agricultura e Constituição do Mercado de Trabalho na Alta Sorocabana de Assis", in *Estudos CEBRAP*, n.º 19 (janeiro/março de 1977), pp. 37-92.

³⁶ Maria Conceição D'Incao e Mello, *op. cit.*; e Elbio Gonzales e Maria Inês Bastos, *op. cit.*

³⁷ Para uma crítica da literatura inicial sobre bóias-frias que enfatiza esse ponto, ver David Goodman e Michael Redclift, "The 'Bóias-Frias': Rural Proletarianization and Urban Marginality in Brazil", in *International Journal of Urban and Regional Research*, vol. 1, n.º 2 (1977), pp. 348-364. Outra falha dessa literatura foi sua persistente incapacidade de situar a proletarianização rural no Brasil no contexto de processos históricos e internacionais mais amplos. Na verdade, durante anos existiram trabalhadores agrícolas nas periferias urbanas de cidades na Itália e Espanha, indicando, portanto, que a experiência brasileira não é nova nem única. Contudo, o que estimulou todo esse interesse de pesquisa no Brasil sobre esse fenômeno pode ter sido a surpreendente rapidez do surgimento dos bóias-frias, particularmente na área de São Paulo, e a concomitante intensidade de seus visíveis problemas sociais.

Estudos posteriores corrigiram, ao menos em parte, essas omissões iniciais e proporcionaram maior entendimento dos fatores que serviram como catalisadores para o surgimento dos trabalhadores assalariados rurais.³⁸ Entre esses fatores, podemos destacar: a) a modernização tecnológica e os aumentos concomitantes na variação sazonal da demanda de mão-de-obra agrícola; b) as alterações nos padrões de cultivo e mudanças associadas nas necessidades de mão-de-obra; e c) a legislação trabalhista aplicada aos trabalhadores rurais, representada principalmente pelo Estatuto do Trabalhador Rural. Cada um desses fatores, todos relacionados com o processo mais amplo de penetração do capital no campo, serão examinados separadamente. Contudo, deve-se assinalar que até agora tem havido poucas tentativas de ponderar essas variáveis. A medida utilizada para se atribuir mais importância a uma variável no desencadeamento desse processo freqüentemente parece refletir tendências pessoais dos autores e não um entendimento claro da seqüência causal.

6.1 — Modernização tecnológica

A modernização tecnológica da agricultura tem sido considerada por muitos investigadores como um indicador primário da crescente capitalização dos processos produtivos rurais. Medida de várias maneiras, as mais comuns têm enfatizado mudanças no uso de tratores, aplicação de fertilizantes e emprego de pesticidas.³⁹ Grande parte dessa informação foi resumida num importante estudo sobre mão-de-obra assalariada temporária na agricultura de São Paulo, realizado pela Secretaria de Estado de Planejamento.⁴⁰ Esse estudo

³⁸ Grande parte do debate sobre o fenômeno dos bóias-frias e muitos dos estudos citados aqui surgiram nas reuniões proporcionadas pelas conferências anuais sobre mão-de-obra assalariada agrícola realizadas na Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, situada em Botucatu, São Paulo, e patrocinadas pelo Departamento de Economia Rural de 1975 a 1979.

³⁹ Por exemplo, V. C. Brant, "Do Colono ao Bóia-Fria...", *op. cit.*

⁴⁰ Secretaria de Planejamento do Estado de São Paulo, *Trabalho Volante na Agricultura Paulista* (1978). Esse projeto é um dos três grandes esforços de pesquisa sobre o tema, financiados pelo Ministério do Trabalho, e até esta data

assinala que, entre 1950 e 1970, o número de tratores em uso em São Paulo aumentou de 3.819 para 67.312 — ou 18 vezes mais. Com isso, a área de terra cultivada por trator diminuiu de 16.833 para 950 hectares. De modo semelhante, o volume médio de fertilizantes por hectare subiu de 28,4 kg durante o período 1961/65 para 72,9 kg em 1970. Também os gastos com pesticidas (medidos em preços constantes) quadruplicaram entre 1950 e 1970.

A expansão do crédito agrícola constitui um importante estímulo à modernização tecnológica nos últimos anos, à medida que o Brasil vem tentando financiar suas dispendiosas importações de petróleo com o aumento das exportações agrícolas. Entre 1955 e 1975, o número de empréstimos agrícolas em São Paulo elevou-se de 20.602 para 418.933. Ao mesmo tempo, o valor médio dos empréstimos concedidos para compras de equipamentos agrícolas quintuplicou de 1970 a 1975.⁴¹

Finalmente, outro indicador da penetração capitalista nas áreas rurais pode ser a proporção de produção agrícola que é vendida, sugerindo o grau em que ela constitui principalmente uma atividade de subsistência. Entre 1967 e 1972, essa proporção em São Paulo expandiu-se de 72 para 81%, confirmando a presunção de que a produção agrícola tornou-se mais orientada para a comercialização.⁴²

6.2 — Mudanças nos padrões de cultivo

A modernização tecnológica e a infusão maciça de crédito agrícola foram acompanhadas de mudanças nos padrões de cultivo e conseqüentes alterações nas necessidades de mão-de-obra. Os padrões de

é o único concluído e publicado. Os outros dois são: a) Instituto Joaquim Nabuco, em Pernambuco; e b) Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), no Paraná.

⁴¹ Secretaria de Planejamento do Estado de São Paulo, *op. cit.*, pp. 120 e 148. Em 1977, o total de crédito agrícola fornecido no Brasil foi de aproximadamente US\$ 23,5 bilhões, um montante quase igual em valor ao PNB agrícola. Dado que a maioria desses empréstimos tinha taxas de juros inferiores à de inflação, a taxa real de juros era negativa. O resultado é um considerável subsídio social do setor agrícola.

⁴² J. F. Graziano da Silva e J. G. Gasques, "Diagnóstico Inicial...", *op. cit.*

utilização do solo agrícola em São Paulo sofreram grandes modificações. Entre 1968 e 1973, a área plantada com culturas de subsistência (arroz, feijão, mandioca, etc.) diminuiu em 28%, a área plantada com culturas de semi-subsistência ou “de transição” (milho, amendoim, café, bananas, etc.), caiu em 13% e a área plantada com culturas de exportação ou “modernas” (algodão, açúcar, laranjas, soja, tomate, etc.) elevou-se em 53%.⁴³ Quase ao mesmo tempo, a criação de gado expandiu-se também, substituindo em parte áreas que anteriormente produziam café. Nos principais Estados produtores de café (São Paulo e Paraná), por exemplo, as pastagens substituíram, respectivamente, 27 e 40% das lavouras de café através de um programa oficial de erradicação.⁴⁴

A expansão das lavouras orientadas para a exportação e a indústria relaciona-se diretamente com tendências favoráveis nos programas de crédito agrícola e na política agrícola em geral. Conforme ilustrado na Tabela 3, entre 1970 e 1975 algumas lavouras de São Paulo foram contempladas com substanciais aumentos na alocação de recursos: soja (2.335%), cana-de-açúcar (1.029%), arroz (855%) e frutas cítricas (711%). Durante o mesmo período, o valor total dos empréstimos agrícolas para o custeio da criação de gado aumentou o equivalente a 22 vezes o nível original.

Um dos efeitos das mudanças nos padrões de utilização do solo foi o declínio geral da demanda regional de mão-de-obra agrícola. A criação de gado exige apenas 14% da mão-de-obra necessária à produção de café e, sob os atuais sistemas de produção, as lavouras de exportação são geralmente menos intensivas em mão-de-obra do que as de subsistência. Em consequência, o número de pessoas economicamente ocupadas na agricultura reduziu-se em São Paulo, entre 1964 e 1975, de 2 milhões para 1,3 milhão, apesar da expansão na área total de terras agrícolas.⁴⁵ Muitas dessas pessoas emigraram para cidades próximas e oscilam entre emprego urbano e rural.

⁴³ José Garcia Gasques e Rubens Valentini, “Relações Estruturais da Oferta e Demanda de Volantes no Estado de São Paulo”, in *Mão-de-Obra Volante na Agricultura: 1 Reunião Nacional*, *op. cit.*

⁴⁴ J. F. Graziano da Silva e J. G. Gasques, “Diagnóstico Inicial...”, *op. cit.*, p. 28.

⁴⁵ *Ibid.*, p. 36.

TABELA 3

Empréstimos agrícolas para custeio em São Paulo e no Brasil, por atividade econômica — 1970 e 1975

Atividades Agrícolas	São Paulo						Brasil							
	1970			1975			1970			1975				
	Montante de Empréstimos ^a	Valor Médio ^b	Montante de Empréstimos ^a	Valor Médio ^b	Montante de Empréstimos ^a	Valor Médio ^b	Montante de Empréstimos ^a	Valor Médio ^b	Montante de Empréstimos ^a	Valor Médio ^b	Montante de Empréstimos ^a	Valor Médio ^b		
Algodão	262,8	10,8	736,4	53,7	482,2	5,0	1.737,9	25,0	67,4	4,5	231,0	18,2	269,2	17,5
Amendoim	60,8	7,6	583,3	45,4	522,3	7,6	6.475,4	53,5	336,3	11,2	1.569,3	40,3	3.541,3	35,3
Arroz	128,3	22,7	1.445,1	243,3	345,0	24,2	3.952,1	173,0	4,8	4,6	58,2	18,0	519,0	15,8
Cana-de-Açúcar	243,9	8,2	1.361,9	39,5	586,2	4,3	3.964,7	25,2	29,4	30,1	706,1	151,4	187,5	7,0
Feijão	198,9	7,7	1.533,6	42,5	335,3	5,5	8.248,7	31,8	65,9	10,3	1.381,1	53,4	204,0	10,0
Milho														
Soja														
Citros														
Gado														

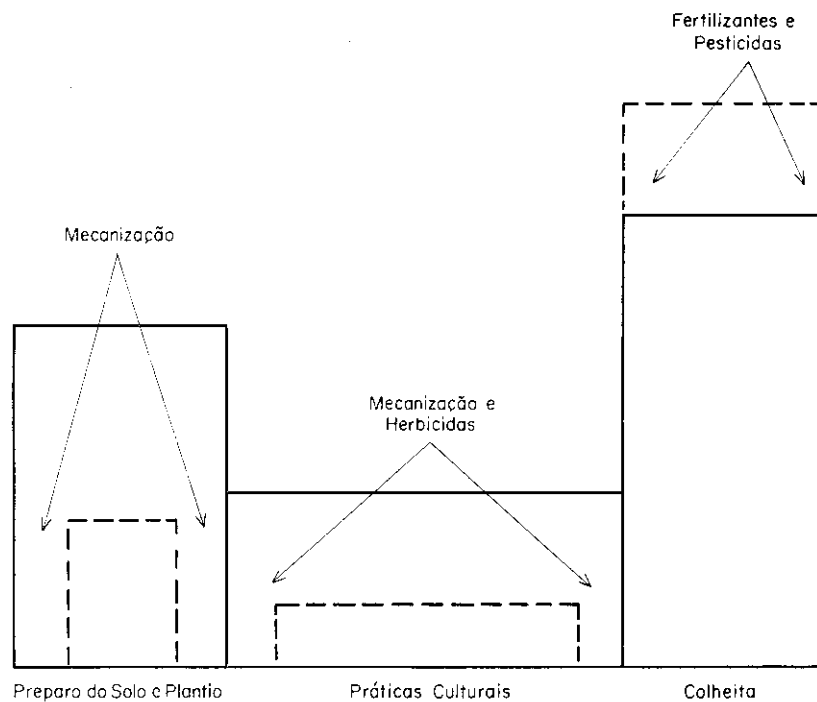
FONTE: Secretaria de Planejamento do Estado de São Paulo, *op. cit.*, p. 149.

^a Cr\$ milhões, em preços constantes de 1971.

^b Em Cr\$ mil.

Outro efeito importante das alterações nos padrões de utilização do solo e da concomitante modernização agrícola foi a crescente sazonalidade da demanda de mão-de-obra. Essa mudança é ilustrada no diagrama a seguir. Sob sistemas tradicionais de produção, a utilização da mão-de-obra é maior e mais constante durante o ano agrícola (linha contínua). A introdução de máquinas, pesticidas e herbicidas tende a reduzir as necessidades de mão-de-obra para preparo do solo, plantio e subseqüentes práticas culturais (linha tracejada). Contudo, essas técnicas, quando conjugadas com uso de fertilizantes, geralmente aumentam o rendimento e, portanto, a necessidade de mão-de-obra para a colheita. O resultado é uma

O IMPACTO DA MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA SOBRE OS CICLOS DE DEMANDA DE MÃO-DE-OBRA AGRÍCOLA



NOTA: Extraído de J.F. Graziano da Silva, "A Mão-de-Obra Volante...", *op. cit.*

variação sazonal maior na demanda de mão-de-obra.⁴⁶ Economicamente, a resposta mais eficiente a essa variação e à possível falta de mão-de-obra na colheita é a utilização de trabalhadores assalariados temporários.

A medida que as lavouras abastecedoras das indústrias e de exportação substituíam as lavouras de subsistência, o valor da produção por unidade de terra aumentava. Ao mesmo tempo, os programas de crédito agrícola estimularam a demanda de solo agrícola. Como resultado desses processos, os preços da terra elevaram-se a taxas extraordinárias. Em São Paulo, por exemplo, entre 1969 e 1976, quintuplicou o preço tanto da terra arável quanto das pastagens.⁴⁷ Esses aumentos de preços contribuíram diretamente para a substituição de agricultores residentes por trabalhadores assalariados temporários. À medida que o valor das terras se elevava, tornava-se mais barato para o empregador pagar aos trabalhadores um salário monetário, de modo que eles pudessem comprar seus alimentos no mercado, do que proporcionar-lhes o tempo e a terra necessários para a produção de seus próprios alimentos.⁴⁸

6.3 — Legislação trabalhista

O Estatuto do Trabalhador Rural, em vigor desde 1963, posteriormente modificado e de aplicação cada vez mais efetiva, concedeu ao trabalhador rural uma série de direitos e garantias idênticos aos dos trabalhadores urbanos. Entre os mais importantes, incluem-se o salário mínimo, as férias anuais remuneradas, a semana de trabalho de 48 horas, a indenização em caso de dispensa, a aposentadoria e uma série de benefícios médicos e de previdência social.⁴⁹ Na

⁴⁶ J. F. Graziano da Silva, "A Mão-de-Obra Volante...", *op. cit.*

⁴⁷ Secretaria de Planejamento do Estado de São Paulo, *op. cit.*, p. 135.

⁴⁸ Paul Singer, "Os Novos Nômades", in *Movimento*, n.º 18 (3 de novembro de 1975), p. 7; e Vinícius Caldeira Brant, "Do Colono ao Bóia-Fria...", *op. cit.*

⁴⁹ Rosa Ester Rossini, "A Legislação Trabalhista para o Homem do Campo", in *Mão-de-Obra Volante na Agricultura: III Reunião Nacional*, *op. cit.*; Carlos Alberto Chiarelli, "Protección Social de Trabajadores Rurales en el Brasil", in *Revista Internacional del Trabajo*, vol. XCIII, n.º 2 (março/abril de 1976), pp. 175-188.

época em que esses direitos foram estabelecidos — e posteriormente — a maioria dos empregadores rurais não cumpria tais exigências, especialmente as relativas a salário, férias, indenização e semana de trabalho. À medida que o cumprimento da legislação se tornava mais efetivo,⁵⁰ observava-se uma forte tendência da parte dos empregadores para reduzir a força de trabalho residente (e, conseqüentemente, suas obrigações legais). Ao mesmo tempo, aumentou a utilização de trabalhadores assalariados temporários, contratados pelos “gatos”. Nesse arranjo, o “gato”, e não o proprietário, é diretamente responsável pelo cumprimento das leis do Estatuto do Trabalhador Rural. Contudo, dada a transitoriedade do emprego em muitos grupos de trabalho de bóias-frias, é extremamente difícil provar as violações e o descumprimento da legislação.

Nessas condições, os pesquisadores rapidamente assinalaram as vantagens econômicas dos bóias-frias para os patrões, em comparação com outras formas de emprego.⁵¹ Os trabalhadores assalariados temporários, apesar de ganharem mais por dia do que os residentes, ganham muito menos por ano. Portanto, a mudança para a mão-de-obra temporária resulta em considerável poupança para o empregador, dado que os pagamentos em espécie a trabalhadores residentes podem representar até 27% de sua renda, e o cumprimento da legislação trabalhista aumenta os custos de mão-de-obra em mais 27%.⁵² Assim, dependendo das condições em que a força

⁵⁰ Há diversos motivos aparentes para a crescente aplicação efetiva das leis. Os sindicatos rurais tornaram-se mais ativos na defesa dos direitos dos trabalhadores, especialmente depois que vários deles contrataram advogados para proporcionar assistência jurídica gratuita aos membros do sindicato. A tolerância oficial em relação a esses empenhos e às atividades dos sindicatos em geral pode ser devida a esforços para reduzir as tensões sociais oriundas da extrema desigualdade de renda em áreas rurais, ao declínio da influência política das elites rurais à medida que o Brasil se tornou cada vez mais urbanizado e aos esforços conscientes do Governo no sentido de expandir os mercados para os produtos de consumo interno, proporcionando às populações rurais garantias de uma certa renda em dinheiro e um conseqüente aumento de poder aquisitivo.

⁵¹ Elbio Gonzales e Maria Inês Bastos, *op. cit.*; J. F. Graziano da Silva e J. G. Gasques, “Diagnóstico Inicial...”, *op. cit.*; e J. G. Gasques e José Jorge Gebara, “Diferenças Regionais de Salários de Volantes na Agricultura”, in *Mão-de-Obra Volante na Agricultura: III Reunião Nacional*, *op. cit.*

⁵² Elbio Gonzales e Maria Inês Bastos, *op. cit.*

de trabalho residente é mantida no estabelecimento, a mudança para a mão-de-obra assalariada temporária pode resultar numa poupança de 10 a 30% para o empregador. Contudo, muito pouco esforço sistemático tem sido feito para verificar esses fatos diretamente, através de análise dos processos decisórios do proprietário e do fundamento lógico dessas mudanças.

Atenção considerável tem sido dada na literatura ao papel do Estatuto do Trabalhador Rural na formação dos bóias-frias e às possíveis soluções legais para os problemas por eles enfrentados. Uma série de violações de dispositivos legais foi documentada, bem como a quase total falta de acesso dos bóias-frias ao processo judicial.⁵³ As soluções legais sugeridas incluem a formação de cooperativas de trabalho, maior controle dos “gatos”, registro dos trabalhadores temporários e reforma agrária.⁵⁴ Contudo, assinalou-se ao mesmo tempo que a aplicação e a execução da legislação já existente provavelmente resolveriam a maioria dos problemas identificados.⁵⁵

7 — Observações finais

O surgimento do bóia-fria em certas regiões do Brasil não deve indicar que a força de trabalho rural do País está sendo transformada numa grande massa flutuante de trabalhadores assalariados. Antes, parece que o bóia-fria surgiu em resposta a mudanças na estrutura da produção agrícola específicas a uma região. Na medida em que essas mudanças repercutem em outras áreas, o número total de bóias-

⁵³ Gilberto Passos e Nilze Maria Aranha, “Bóia-Fria: Problemas e Soluções”, in *Mão-de-Obra Volante na Agricultura: I Reunião Nacional*, *op. cit.*; e J. F. Graziano da Silva e Gilberto Passos, “O Volante na Região de Avaré e Cerqueira César”, in *Mão-de-Obra Volante na Agricultura: II Reunião Nacional*, *op. cit.*

⁵⁴ José Gomes da Silva e Luiz Carlos Guedes Pinto, “Reforma Agrária: Solução Definitiva para o Problema do Bóia-Fria”, in *Mão-de-Obra Volante na Agricultura: II Reunião Nacional*, *op. cit.*

⁵⁵ Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Estado do Paraná, “Trabalhador Volante”, in *Mão-de-Obra Volante na Agricultura: II Reunião Nacional*, *op. cit.*

frias pode aumentar, mas os limites sobre as flutuações sazonais da demanda de mão-de-obra sugerem que esse número provavelmente não ultrapassará a proporção de 25% da força de trabalho atualmente registrada nas áreas agrícolas mais desenvolvidas do Brasil.⁵⁶

De fato, pode-se questionar o grau em que os bóias-frias representam um proletariado rural totalmente independente. Goodman, ao assinalar a complexidade que caracteriza as relações livres e dependentes entre empregador e trabalhador, sugere que “dados agregados sobre emprego assalariado dificilmente proporcionarão medidas fidedignas da proletarização rural”.⁵⁷

Embora as observações de Goodman se refiram ao Nordeste, algumas das recentes pesquisas em São Paulo indicam sua possível relevância também para essa região. Estudos mais profundos sobre a “turma firme”, por exemplo, podem ser esclarecedores quanto a isso. A existência de grupos de trabalho estáveis, empregados o ano inteiro num único estabelecimento, implica que as relações empregador/trabalhador podem ser mais do que puramente econômicas. De modo semelhante, a parcela de bóias-frias compreendida por trabalhadores esporádicos — usualmente mulheres e crianças que não participam regularmente do mercado de trabalho — dificilmente se adapta às concepções tradicionais de proletariado rural.

Ao mesmo tempo, outras linhas complementares de investigação podem servir para propiciar maior compreensão das circunstâncias particulares que criam e mantêm os trabalhadores assalariados temporários como grupo social identificável. Dado que esses trabalhadores também têm a opção de procurar emprego urbano (e realmente alguns deles o fazem periodicamente), o grau de articulação entre os mercados de trabalho urbano e rural pode ser proveitosamente explorado. Com o mesmo objetivo, maior atenção aos dife-

⁵⁶ Deve-se assinalar que muito poucos esforços foram feitos para verificar a fidedignidade dos dados repetidamente citados em apoio a muitas das afirmações precedentes. As fontes de dados mais comumente usadas são o Instituto de Economia Agrícola de São Paulo, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

⁵⁷ David E. Goodman, “Rural Structure, Surplus Mobilization, and Modes of Production in a Peripheral Region: The Brazilian Northeast”, in *Journal of Peasant Studies* (outubro de 1977), pp. 3-32.

renciais de sexo e idade entre trabalhadores agrícolas temporários poderá esclarecer melhor as estratégias de sobrevivência familiar desenvolvidas pelas populações de baixa renda, que têm sido severamente pressionadas pelas crescentes desigualdades de renda nos últimos anos.

Atualmente é difícil avaliar o grau em que os bóias-frias podem representar um fenômeno social transitório na história do desenvolvimento agrícola brasileiro. Enquanto os salários rurais permanecerem baixos — atualmente, Cr\$ 80,00 a Cr\$ 150,00 diários — parece improvável que a mecanização venha substituir os bóias-frias. Contudo, se as futuras políticas sociais e econômicas do Governo forem dirigidas de modo produtivo para os problemas estruturais de desigualdade da renda rural, o aumento desta poderá elevar o custo da mão-de-obra ao ponto em que a sua substituição por máquinas poderá ocorrer em grande escala. Nessas circunstâncias, o grande contingente de bóias-frias poderá passar do emprego esporádico para o desemprego crônico.

As políticas sociais e econômicas do Governo atual iniciado em março de 1979, provavelmente não causarão qualquer mudança importante nas condições sociais em que vivem e trabalham os bóias-frias. No entanto, alguns enfoques novos podem estar a caminho. O ex-Ministro do Trabalho Arnaldo Prieto assinalou que estavam sendo feitos esforços no sentido de organizar os bóias-frias em cooperativas de trabalho, que permitiriam aos trabalhadores negociar diretamente e em forma coletiva com os empregadores. Ao mesmo tempo, estão em discussão meios eficazes de incorporar os bóias-frias aos sindicatos de trabalhadores rurais.⁵⁸ Além do mais, está sendo feita uma tentativa de “reforma agrária” limitada de terras não cultivadas em áreas agricolamente produtivas através de mecanismos

⁵⁸ Muito pouca pesquisa foi feita sobre a idéia que os trabalhadores assalariados temporários têm de sua história, suas ideologias pessoais e seu potencial de mobilização através de cooperativas, sindicatos ou movimentos políticos. Uma exceção é Lúcia Helena F. Sabóia, *O Mundo do Volante: Trabalhadores Rurais de Cravinhos — São Paulo, 1974*, tese de mestrado em Antropologia Social (Campinas, São Paulo: Departamento de Ciências Sociais, Unicamp, 1978), que analisa as concepções do mundo partindo das estratégias de sobrevivência dos bóias-frias e do potencial de organização inerente nessas perspectivas.

tributários e o "esclarecimento" legal de títulos de propriedade duvidosos. Nesse contexto, alguns trabalhadores sem terra podem recuperar o acesso às terras, possivelmente através de programas locais de colonização. Finalmente, pode-se dar mais atenção aos grupos rurais desfavorecidos, através de atividades do Governo que visem a melhorar as condições de habitação, educação e saúde no campo. Contudo, a contínua dependência do Brasil quanto às importações de petróleo, a inflação e as pressões do balanço de pagamentos indicam que a curto prazo não se dará mais do que uma atenção superficial aos problemas dos seis milhões de bóias-frias.

(Originais recebidos em novembro de 1979. Revisitos em março de 1980.)